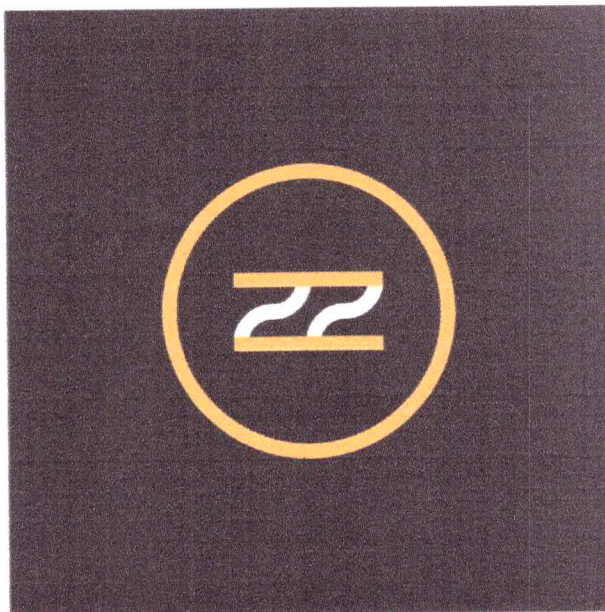


268



PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº 02/2022

Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – PR

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 27.629.533/0001-93

DATA: 06/02/2023



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PROPOSTA DE PREÇOS

São José das Palmeiras, 06 de fevereiro de 2023

À Comissão de Licitação
Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR
Ref.: Edital de **CONCORRÊNCIA Nº 02/2022**

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. nossa proposta de preços a preços fixos e sem reajuste, relativa a execução do objeto da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada é de R\$ 282.157,69 (duzentos e oitenta e dois mil, centos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

O prazo de execução do objeto é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do Contrato de Empreitada.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,

Elvies Alex Pozzebon
Engenheiro Civil
CREA-PR 90291/D

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

Av. Brasil, 1.111 - Jd. Santa Helena - São José das Palmeiras - PR - CEP: 85.200-000

Tel: +55 45 99943-2535

CNPJ: 27.629.538/0001-93 | Inscr. Estadual: 90785026-73

270

Pozzebon

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO									
Município:	SÃO PEDRO DO IGUAÇU					SAM		28	
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES - EM CBUQ					LOTE nº		01	
Local da Obra :	Vias Urbanas de São José das Palmeiras								
Código	Origem	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	ORÇAMENTO APROVADO					
				QUANT	PREÇO UNI-TÁRIO (R\$)	PREÇO DO ITEM (R\$)	TOTALS(R\$)		
1		SERVIÇOS PRELIMINARES							3.947,35
74209/1	Orgacivil	PLACA DE OBRA 4,00 X 2,00 M, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA E PONTALETES	un	1,00	3.947,35	3.947,35			
4		REVESTIMENTO							237.240,84
PAY-085	PM curitiba	Limpeza e Lavagem da pista (Recape)	m2	2.067,18	0,62	1.281,65			
561100A	DER	Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emissão	m2	4.134,36	0,37	1.529,71			
589420B	DER mat	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	ton	2,07	5.798,26	12.002,40			
570400	CBUQ	CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	213,83	311,19	66.541,76			
170500	DER mat	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	10,48	7.800,00	81.744,00			
570400	CBUQ	CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas) repavimento	ton	106,91	311,19	33.269,32			
589000U	DER mat	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	5,24	7.800,00	40.872,00			
6		SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO							28.149,81
100576B	SINAPI	Regularização e Compactação p/ assentamento de calçadas/lajotas/blocos	m2	494,39	2,83	1.399,12			
60500E	DER	Calçada Concreto (e = 7,00 cm)	m2	494,39	47,47	23.468,69			
605000G	DER	Rampa para PNE com Piso Tátil (NBR 9050) - Modelo 02 - 5,94 m2	un	6,00	547,00	3.282,00			
7		SINALIZAÇÃO DE TRANSITO							3.948,91
822000	DER	Faixa de Sinalização Horizontal c/ tinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	71,87	36,37	2.613,91			
822000U	DER	Placa sinalização refletiva-retangular dupla (duas de-0,20x060) em L (0,2400 m2/ud) + suporte METÁLICO	m2	2,00	667,50	1.335,00			
11		(Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra.)							8.870,78
7.4	DAER/RS	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	un	4,00	174,78	699,12			
74022/53	SEIL/2016	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	un	4,00	102,25	409,00			
74022/56	SEIL/2016	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	un	4,00	83,32	333,28			
74022/55	SEIL/2016	Ensaio de tração por compressão diametral - misturas betuminosas	un	4,00	225,03	900,12			
7.1	DAER/RS	Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa	un	4,00	136,27	545,08			
3.20	DAER/RS	Mobilização e desmobilização de equipamento e equipe para extração de corpos de prova da capa asfáltica	gb	1,00	5.984,18	5.984,18			
PREÇO GLOBAL						282.157,69			282.157,69

Clves Alex Pozzebon

Engenheiro Civil
CREA-PR 90201/D

142

PAM 2022 SECRETARIA DE ES SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU **PAVIMENTAÇÃO**

Município: **SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS** SAM: **28** Edital no Município: **06/02/2023**

Projeto: **PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE PEDRAS LOTE nº 01** Data: **06/02/2023**

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Valor Total

GRUPO	SERVIÇOS	N	1	2	3	4	5	6	TOTAL	% S/ TOTAL
ITEM										
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	6	100						3.947,35	1,40%
4	REVESTIMENTO			50	50				237.240,84	84,08%
6	PAISAGISMO / URBANISMO			30	30	40			28.149,81	9,98%
7	SINALIZAÇÃO DE TRÁNSITO						100		3.948,91	1,40%
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS			50	50				8.870,78	3,14%

TOTALS

282.157,69 100

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS (TESOURO E CONTRAPARTIDA)

ITEM	1	2	3	4	5	6	PARCELAS	Nº DE MESSES	TOTAL ITEM	% S/ TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							1	3.947,35	1,40%
4	REVESTIMENTO		118.620,42	118.620,42				2	237.240,84	84,08%
6	PAISAGISMO / URBANISMO		8.444,94	8.444,94	11.259,92			3	28.149,81	9,98%
7	SINALIZAÇÃO DE TRÁNSITO					3.948,91		1	3.948,91	1,40%
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS		4.435,39	4.435,39				2	8.870,78	3,14%
TOTALS			131.500,75	131.500,75	11.259,92	3.948,91			282.157,69	100,00%

FATURAMENTO MENSAL PREVISTO

R\$	3.947,35	131.500,75	131.500,75	11.259,92	3.948,91	282.157,69	100,00%
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %	R\$	1,40%	48,00%	48,61%	3,99%	1,40%	100,00%
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %	R\$	1,40%	48,00%	94,61%	98,60%	100,00%	OK

Resp. Técnico:

Assinatura:

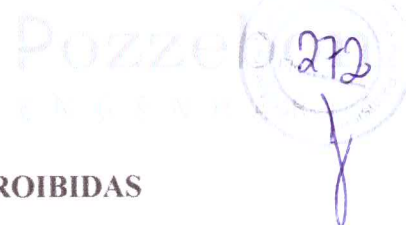
data:

Clves Alex Pozzebon

Engenheiro Civil

CREA-PR 90291/D

06/02/2023



DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS

À Comissão de Licitação
Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR
Ref.: Edital de **CONCORRÊNCIA Nº 02/2022**

POZZEBON ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 27.629.533/0001-93, por seu representante legal Sr. ELVES ALEX POZZEBON, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 3 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,

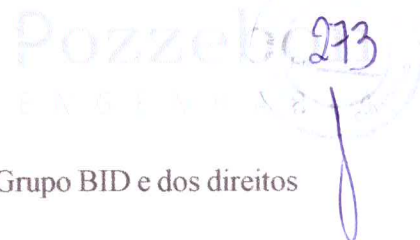
3. No site do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

Av. J. J. de Almeida, 100 - Jd. Santa Helena - São José das Palmeiras - PR

Tel. +55 43 99943-3535

CNPJ 27.629.533/0001-93 | Inscr. Estadual 90755025-93



(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus

4. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

Av. Paulista, 1568 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01310-100

Tel. +55 45 99743-3535

CNPJ: 27.629.533/0001-93 - Insc. Estadual: 90756926-72



respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

Av. J. F. de Azevedo, 100 - Jd. América - São Paulo - SP - 05001-000

Tel. +55 45 99743.3536

CNPJ: 27.429.533/0001-93 - Inscri. Estadual: 90705025-72



- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

São José das Palmeiras - PR, 06 de fevereiro de 2023.

Elvies Alex Pozzebon
Engenheiro Civil
CREA-PR 90201/D

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

276

POZZEBON ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 27.629.533/0001-93

ENVELOPE Nº 2

PROPOSTA DE PREÇO

CONCORRÊNCIA Nº 02/2022

Município de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR

PREFEITURA DO MUNICIPIO SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CONCORRÊNCIA N.º 02/2022 -SPJ
ENVELOPE N.º. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA DE ABERTURA: 06/02/2023

PROPONENTE: CONSPETRA OBRAS LTDA
EST.CAR./LAG. DO CEDRO, KM 2 S/ 02 ZONA RURAL
ITAIPULÂNDIA – PR – CEP:85.880-000
FONE: 45-9987-0418
CNPJ: 17.888.244/0001-55
E-mail: conspetra@hotmail.com



278

PROPOSTA DE PREÇOS		
ÍNDICE		
	PROPOSTA DE PREÇOS	.01/08
	PLANILHAS DE PREÇOS /CRONOGRAMAS	.04/08
	DECLARAÇÃO	.08/08

PROPOSTA DE PREÇOS

A
Prefeitura do Município de São José das Palmeiras
Comissão de Licitações
Concorrência n.º 02/2022 - SPJ

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas nossa proposta de preços relativa à OBJETO: Pavimentação Asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 2.067,18 m², incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trecho: • Rua Governador Munhoz da Rocha (entre Av José Bonifácio e Av. José Bonifácio + 73,80m) • Rua Dom Pedro I (entre Av José Bonifácio e Rua Anita Garibaldi) Área Pavimentada: 2.067,18 m² Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 180 (cento e oitenta) dias; Município de São José das Palmeiras – Pr., da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução do objeto da licitação supramencionada é de **R\$ 275.184,00 (Duzentos e Setenta e Cinco Mil, Cento e Oitenta e Quatro Reais)**.

O prazo de execução do objeto é de 180 (Cento e Oitenta) dias, contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.





O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes n° 1 e n° 2) pela Comissão de Licitação.

Itaipulândia, Pr, 06 de fevereiro de 2023.



CONSPETRA OBRAS LTDA

CNPJ N° 17.888.244/0001-55
NILTON JOÃO BECKERS
Representante Legal
RG: 3.796.556-1/SSP-PR
CPF: 849.754.909-00



01'08



CONSPETRA OBRAS LTDA
EST.CAR./LAG. DO CEDRO, KM 2 S/ 02 ZONA RURAL
ITAIPULÂNDIA – PR – CEP:85.880-000
FONE: 45-9987-0418
CNPJ: 17.888.244/0001-55
E-mail: conspetra@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA N. 002/2022 - SPJ

Objeto: Pavimentação Asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 2.067,18 m2, incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trecho: • Rua Governador Munhoz da Rocha (entre Av. José Bonifácio + 73,80m) • Rua Dom Pedro I (entre Av. José Bonifácio e Rua Anita Garibaldi)Área Pavimentada: 2.067,18 m²Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 180 (cento e oitenta) dias; Município de São José das Palmeiras – Pr.

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO

Município:	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS				SAM	28
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES - EM CBUQ				LOTE nº	01
Local da Obra :	VIAS URBANAS DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS					
Código	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	QUANT	UNIT	(R\$) - PM	(R\$) - PM TOTAIS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES					3.820,00
1.1	Placa de Obra 4,00 x 2,00 M, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MAEDIRA E PONTALETES	un	1,00	3.820,00	3.820,00	231.675,82
4	REVESTIMENTO					
4.1	Limpeza e Lavagem da pista (Recape)	m2	2.067,18	0,61	1.260,98	
4.2	Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão	m2	4.134,36	0,37	1.529,71	
4.3	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	ton	2,07	5.624,30	11.642,30	
4.4	CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)	ton	213,83	301,80	64.533,89	
4.5	Fornecimento de CAP - CBUQ (menor que 10000 ton)	ton	10,48	7.661,80	80.295,66	
4.6	CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas) reperfilamento	ton	106,91	301,80	32.265,44	
4.7	Fornecimento de CAP - CBUQ (menor que 10000 ton)	ton	5,24	7.661,80	40.147,83	
6	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO					27.260,39
6.1	Regularização e compactação p/ assentamento de calçadas/lajotas/blocos	m2	494,39	2,70	1.334,85	
6.2	Calçadas Concreto (e=7,00 cm)	m2	494,39	46,00	22.741,94	
6.3	Rampa para PNE com Piso Tátil (NBR 9050) - Modelo 02 - 5,94 m2	un	6,00	530,60	3.183,60	
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					3.828,22
7.1	Faixa de Sinalização Horizontal chinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)	m2	71,87	35,25	2.533,42	
7.3	Placa sinalização refletiva - retangular dupla (duas de 0,20x060) emL (0,2400m2/ud)+ suporte METÁLICO	un	2,00	647,40	1.294,80	

Código	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD	ORÇAMENTO APROVADO			
			QUANT	UNIT	(R\$) - PM	(R\$) - PM TOTAIS
9	ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra.)					8.599,57
9.1	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas	un	4,00	169,00	676,00	
9.2	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	un	4,00	99,00	396,00	
9.3	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso	un	4,00	80,80	323,20	
9.4	Ensaio de Tração por Compressão Diametral - Misturas Betuminosas	un	4,00	218,20	872,80	
9.5	Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa	un	4,00	132,10	528,40	
9.6	Mobilização e Desmobilização de Equipamento e Equipe para Extração de Corpos de Prova da Capa Asfáltica	gl	1,00	5.803,17	5.803,17	
	PREÇO GLOBAL				275.184,00	275.184,00
	TOTAL DO PAVIMENTO (1-4)				163.082,55	235.495,82
	TOTAL DE URBANIZANISMO E SINALIZAÇÃO (6-7)				31.088,61	31.088,61
	SERVIÇOS DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS				8.599,57	8.599,57

Itaipulândia, 06 de fevereiro 2023.

CONSPETRA OBRAS LTDA
CNPJ: 17.888.244/0001-55
NILTON JOÃO BECKERS
RG: 3.796.556-1/SSP-PR
CPF: 849.754.909-00

NILTON JOÃO BECKERS
ENG. CIVIL
CREA: PR/86.781-D
RG: 3.796.556-1 / SSP/PR

03/08

281

CONSPETRA OBRAS LTDA
EST.CAR./LAG. DO CEDRO, KM 2 S/ 02 ZONA RURAL
ITAIPULÂNDIA – PR – CEP:85.880-000
FONE: 45-9987-0418
CNPJ: 17.888.244/0001-55
E-mail: conspetra@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA N. 002/2022

Objeto: Pavimentação Asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 2.067,18 m2, incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trecho: • Rua Governador Munhoz da Rocha (entre Av José Bonifácio e Av. José Bonifácio + 73,80m) • Rua Dom Pedro I (entre Av José Bonifácio e Rua Anita Garibaldi)Área Pavimentada: 2.067,18 m²Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 180 (cento e oitenta) dias; Município de São José das Palmeiras – Pr.

SFM SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU

MUNICIPIO: SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS			SAM		28					
Projeto : VIAS URBANAS DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS			LOTE nº		01					
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO										
GRUPO ITEM	SERVIÇOS		PARCELAS (%)						TOTAL ITEM (R\$)	% S/ TOTAL
			1	2	3	4	5	6		
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	1	20	30	30	20	-	-	3.820,00	1,39
4	REVESTIMENTO	1	0	5	20	30	25	20	231.675,82	84,19
6	PAISAGISMO / URBANISMO	1	0	5	10	30	30	25	27.260,39	9,91
7	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	1	0	0	20	20	30	30	3.828,22	1,39
9	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	1	3	12	25	28	21	11	8.599,57	3,13
TOTAIS									275.184,00	100,00

283

A

Prefeitura do Município de São José das Palmeiras
Comissão de Licitações
Concorrência n.º 02/2022 - SPJ

DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS
ANEXO 02 DO CONTRATO

CONSPETRA OBRAS LTDA, CNPJ/MF Nº 17.888.244/0001-55, Estrada Caramuru / Lageado do Cedro Km 02, Sala 02, Bairro: Zona Rural, CEP:85.880-000, Cidade: ITAIPULÂNDIA, estado: PARANÁ /Inscrição Estadual: 90805802-04/ Inscrição Municipal/ISS(alvará):22850/ Telefone:45-9987-0418./ E-mail: conspetra@hotmail.com. declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da **POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS**, abaixo descritas:

Práticas Proibidas:

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 3 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomará medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outroparte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou

colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação, (bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá: (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, 4. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré -qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas

285
f

atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere -se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam

disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária;

e
(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:


(i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;

(ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;

07/08

- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas; (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Itaipulândia, Pr, 06 de fevereiro de 2023.



CONSPETRA OBRAS LTDA

CNPJ Nº 17.888.244/0001-55

NILTON JOÃO BECKERS

Representante Legal

RG: 3.796.556-1/SSP-PR

CPF: 849.754.909-00

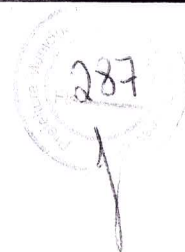


08/08





CONSPETRA OBRAS LTDA
Estrada Caramuru, SN, Sala 02, KM 2
Lageado do Cedro, Itaipulândia, Paraná
CEP 85880-000, CNPJ 17.888.244/0001-55



PREFEITURA DO MUNICIPIO SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CONCORRÊNCIA N.º 02/2022 -SPJ
ENVELOPE N.º. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA DE ABERTURA: 06/02/2023

PROPONENTE: CONSPETRA OBRAS LTDA
EST.CAR./LAG. DO CEDRO, KM 2 S/ 02 ZONA RURAL
ITAIPULÂNDIA – PR – CEP:85.880-000
FONE: 45-9987-0418
CNPJ: 17.888.244/0001-55
E-mail: conspetra@hotmail.com



V. Albiero & Cia Ltda - EPP

CNPJ: 79.189.718/0001-28

Rua Carlos Gomes, 3626, Centro.

CEP. 85.801-090 - Cascavel – Paraná

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras

Edital de Concorrência 002/2022

Envelope N° 02 –Proposta de Preços

Data: 06/02/2023



ÍNDICE

Índice	02
Proposta de Preços.....	03
Planilhas de Orçamentos	04
Cronograma Físico-Financeiro.....	05
Declaração de Práticas Proibidas.....	06



PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: Edital de **CONCORRÊNCIA 002/2022 – MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

Objeto: Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em CBUQ, 2.067,18m², incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

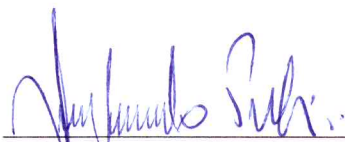
A empresa **V. ALBIERO & CIA LTDA.**, CNPJ nº 79.189.718/0001-28, Telefone (45) 3225-3144, e-mail albiero@albiero.com.br, sediada na **Rua: Carlos Gomes, 3626, CEP 85.801-090, Centro, Cascavel-PR.**, apresenta e submete-se à sua apreciação, nossa Proposta de Preços, referente a:

O preço global proposto para execução dos serviços acima mencionada é de **R\$ 274.437,34 (Duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos).**

O prazo de execução do objeto é de **180 (Cento e oitenta) dias** contados a partir da emissão da Ordem de Serviços.

O prazo de validade da proposta de preços é de **60 (sessenta) dias** a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 1 e nº 2) pela Comissão de Licitação.

Cascavel/Pr, 06 de Fevereiro de 2023



Luiz Fernando B. Pielak
Sócio Gerente
RG 2.092.812-3
CPF: 404.942.849-00



V. ALBIERO & CIA LTDA.

Rua Carlos Gomes, 3626 - CNPJ: 79.189.718/0001-28 - (45) 3225-3144 - www.albiero.com.br - albiero@albiero.com.br
CEP 85.801-090 - Cascavel - PR






291

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO									
Município:	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS				SAM		28		
Projeto:	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES - EM CBUQ				LOTE nº		1		
Local da Obra:	VIAS URBANAS DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS								
Código	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		UD	ORÇAMENTO APROVADO			(R\$) - PM TOTALS		
			QUANT	UNIT	(R\$) - PM				
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							3.500,00	
74209/1	PLACA DE OBRA 4,00 X 2,00 M, EM CHAPA DE ACO GALVANIZ., INCL. ARMAÇÃO EM MADEIRA E PONTALETES		un	1,00	3.500,00			3.500,00	
4	REVESTIMENTO							229.968,01	
PAV-085	Limpeza e Lavagem da pista (Recape)		m2	2.067,18	0,62		1.281,65		
561100A	Pintura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão		m2	4.134,36	0,37		1.529,71		
589420B	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação		ton	2,07	3.348,00		6.930,36		
570000D	CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas)			213,83	311,19		66.541,76		
170500	Fornecimento de CAP - CBUQ (menor que 10000 ton)			10,48	7.660,00		80.276,80		
570000D	CBUQ (Quantidade menor que 10000 toneladas) reprefilamento			106,91	311,19		33.269,32		
170500	Fornecimento de CAP - CBUQ (menor que 10000 ton)			5,24	7.660,00		40.138,40		
6	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO							28.149,82	
100576B	Regularização e Compactação p/ assentamento de calçadas/lajotas/blocos		m2	494,39	2,83		1.399,12		
605000E	Calçada Concreto (e = 7,00 cm)		m2	494,39	47,47		23.468,69		
605000G	Rampa para PNE com Piso Tátil (NBR 9050) - Modelo 02 - 5,94 m2		un	6,00	547,00		3.282,00		
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO							3.948,91	
822000	Faixa de Sinalização Horizontal c/tinta resina acrílica base solvente- (0,034 m2/m2)		m2	71,87	36,37		2.613,91		
820000J	Placa sinalização refletiva-retangular dupla (duas de-0,20x060) em L (0,2400 m2/ud) + suporte METÁLICO		un	2,00	667,50		1.335,00		
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmob. de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra)							8.870,60	
7.4	Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas		un	4,00	174,78		699,12		
74022/53	Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica		un	4,00	102,25		409,00		
74022/56	Ensaio de Densidade do Material Betuminoso		un	4,00	83,32		333,28		
74022/55	Ensaio de Tração por Compressão Diametral - Misturas Betuminosas		un	4,00	225,03		900,12		
7.1	Extração de Corpo de Prova de Concreto Asfáltico com Sonda Rotativa		un	4,00	136,27		545,08		
3.20	Mobilização e Desmobilização de Equipamento e Equipe para Extração de Corpos de Prova da Capa Asfáltica		gb	1,00	5.984,00		5.984,00		
x	PREÇO GLOBAL							274.437,34	

Gilson Sérgio Martins
V. Albiero & Cia Ltda.
CREA/PR 25.565/1

V. ALBIERO & CIA. LTDA.
LUIZ FERNANDO B. PIELAK
Sócio Gerente

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS CRONOGRAMA CONCORRÊNCIA 002/2022														
EMPRESA: V. ALBIERO & CIA LTDA ENDEREÇO: RUA CARLOS GOMES, 3626-CASCATEL-PR														
CNPJ: 79.189.718/0001-28 DATA: 06 DE FEVEREIRO DE 2023														
ÍTEM	GRUPO DE SERVIÇO	VALOR ÍTEM	A REALIZAR (180 DIAS)											
			30 Dias		60 Dias		90 Dias		120 Dias		150 Dias		180 Dias	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1	Serviços Preliminares	3.500,00	100%	3.500,00									100%	3.500,00
2	Revestimento	229.968,01			25%	57.492,00	25%	57.492,00	25%	57.492,00	25%	57.492,00	100%	229.968,01
3	Serviços de Urbanização	28.149,82	10%	2.814,98	20%	5.629,96	20%	5.629,96	20%	5.629,96	20%	5.629,96	100%	28.149,82
4	Sinalização de Trânsito	3.948,91											100%	3.948,91
5	Ensaios Tecnológicos	8.870,60											100%	8.870,60
Total acumulado		274.437,34	2%	6.314,98	25%	69.436,95	48%	132.558,92	71%	195.680,88	94%	258.802,85	100%	274.437,34
													100%	274.437,34


Gilson Scarpio Martins
V. Albiro & Cia Ltda.
CREA PR 25.565/D


V. ALBIRO & CIA. LTDA
LUIZ FERNANDO B. PIELAK
Sócio Gerente



ANEXO VII DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS

DECLARAÇÃO

a (empresa), V.Albiero & Cia Ltda (qualificação), por seu representante legal Sr.(a) Luiz Fernando B. Pielak, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS, abaixo descritas:

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 3 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomar medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para

3. No site do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.

impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros,

4. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.

294



295

subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

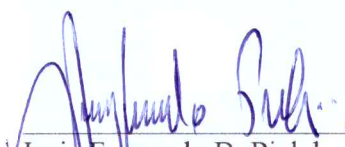
1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

70



- 296
- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
 - (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
 - (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
 - (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
 - (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
 - (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
 - (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

CASCADEL/PR, 06 de Fevereiro de 2023


Luiz Fernando B. Pielak
Sócio Gerente
RG 2.092.812-3
CPF: 404.942.849-00

Assinatura Representante Legal da Empresa

V. ALBIERO




PROponente: V. ALBIERO & CIA LTDA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº002/2022
ENVELOPE Nº 2 PROPOSTA DE PREÇOS
MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ:79.189.718/0001-28
DATA: 06 DE FEVEREIRO DE 2023

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - Estado do Paraná

Protocolo Nº 791/2023

Data 06.02.2023


Funcionário 08.3545

V. ALBIERO & CIA LTDA
TERRAPLENAGEM - PAVIMENTAÇÃO - CONSTRUÇÃO
Rua Carlos Gomes, 3626 - Cx. P. 746 - CEP 85801-090
Fone / Fax (45) 3225-3144 - v.albiero@albiero.com.br
Cascavel - Paraná